

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda

Prestação de contas do Governo ano 2024 – 1º Ciclo

— 24/6/2024 — 14 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Fazenda – SEF –, entre 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do governo de 2024

Reunião conjunta das Comissões de Participação Popular, de Desenvolvimento Econômico, de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Comissão convidada:

- Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana

Presidente da reunião: deputado Marquinho Lemos

Data: 24/6/2024

Horário: 14 horas

Local: Plenarinho IV

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))



I – Apresentação

As Comissões de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, receberam, em 24/6/2024, Camila Barbosa Neves, secretária de Planejamento e Gestão, e Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Fazenda, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, que dispõe que os secretários de Estado, os dirigentes das entidades da administração indireta e os titulares dos órgãos diretamente subordinados ao governador comparecerão, semestralmente, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada, às comissões permanentes da Assembleia Legislativa para prestar, pessoalmente, informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos no semestre anterior, nos termos de regulamento da Assembleia Legislativa.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assisti-la. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza, no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Participação Popular: Deputado Marquinho Lemos (presidente), deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire)

Comissão de Desenvolvimento Econômico: Deputado Marquinho Lemos (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira)

Comissão de Administração Pública: Deputadas Beatriz Cerqueira, Nayara Rocha, deputados Professor Cleiton, Sargento Rodrigues e Enes Cândido (substituindo o deputado Rodrigo Lopes)

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: Deputados Rafael Martins, João Magalhães, Cássio Soares (substituindo o deputado Rafael Martins), deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Cristiano Silveira), deputados Professor Cleiton (substituindo o deputado Ulysses Gomes) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doorgal Andrada)

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte: Deputado Adriano Alvarenga (presidente) e deputada Nayara Rocha (substituindo o deputado Adriano Alvarenga)

Poder Executivo: Camila Barbosa Neves, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Estado de Fazenda

Demais presenças: Deputados Antônio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, João Júnior, Tito Torres, Jorge Ali e Zé Laviola

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os representantes da Seplag e da SEF apresentaram algumas realizações das respectivas secretarias e, em seguida, ocorreu o debate com os parlamentares. Os principais temas discutidos durante a reunião foram:

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag

Inicialmente a secretária Camila Neves discorreu sobre a Seplag, que disse ser uma secretaria muito extensa, com nove áreas subordinadas além dos comitês dos desastres de Mariana e Brumadinho, e apresentou as principais entregas dessas áreas.

1) Transformação digital e atendimento ao cidadão:

- 844.792 carteiras de identidade emitidas até maio de 2024;
- 5 novas Unidades de Atendimento Integrado – UAIs – inauguradas até maio de 2024: unidades em Sarzedo, Conceição das Alagoas, Felício dos Santos, Ipanema e Joaquim Felício;
- 3 novas UAIs a serem inauguradas até julho de 2024: João Monlevade, Extrema e Porteirinha;
- Alô Minas: 150 antenas até 17/6;
- Índice de Transformação Digital do Governo em junho de 2024: 81,1%;
- serviços disponibilizados em 2024:
 - Emergência MG (190, 193 e 197) – Sejusp;
 - cadastro para doação de leite humano – Fhemig.
- Ações de melhoria no atendimento com uso de tecnologia da informação e comunicação.

Quanto ao questionamento sobre a falta de telefonia móvel em muitos distritos listados no programa Alô Minas e não atendidos, a Seplag informou que o governo está se esforçando para atender a todas as regiões, mas depende da anuência das operadoras. O deputado Marquinho Lemos contestou,

dizendo que tal dependência da anuência das operadoras não é explicitada quando o governo vai nas comunidades prometendo a telefonia.

2) Serviços de trânsito

- Implantação do credenciamento de vistoria veicular em 15/12/2023, com início do credenciamento das Empresas de Vistoria Veicular – ECVs – em todo o Estado:
 - 819.565 vistorias distribuídas para as ECVs até maio/2024;
 - 349 municípios mineiros com ECVs credenciadas;
 - 1.328 ECVs aptas a funcionar;
 - 54 processos administrativos aplicados em empresas de BH após fiscalização;
 - 2 empresas suspensas em BH por suspeita de fraude após fiscalização;
 - pesquisa de satisfação sobre o serviço de vistoria veicular implementado, realizada em 28/5/2024;
 - 93% das localidades de Minas Gerais já podem utilizar o serviço de atendimento das ECVs.
- Liberação das Ciretrans do interior, com novos credenciamentos, melhoria de processos de veículos e habilitação e incorporação dos serviços de trânsito nas UAIs de 33 municípios e a liberação de 588 policiais, que deixaram de realizar atividades de trânsito, até a data desta apresentação (?);
- Transparência: disponibilização mensal de relatório com o número das vistorias realizadas pelas empresas e dados sobre elas no *site* transito.mg.gov.br;
- Serviços digitais de trânsito: novos serviços digitalizados e mais de 350 etapas de serviços de trânsito feitas de forma digital, sendo, em 2024:
 - Portal Cidadão/MG (aplicativo) – andamento dos serviços: 1º Emplacamento Veículo Zero, alteração dados veículo, autorização remarcação do número do chassi, emissão da 2ª via do CRV, transferência de veículos pelos cidadãos;
 - Sistema Radar em implantação para o gerenciamento digital dos processos de infração de trânsito;
 - alvará de liberação de veículos digital (piloto em BH).

- Próximas entregas:
 - vistoria móvel: realizada fora das dependências físicas das ECVs;
 - disponibilização da transferência de veículo em formato digital para o cidadão;
 - digitalização das autuações de trânsito, iniciando pela RMBH, para eliminar os erros de registros de multas;
 - implantação do agendamento digital de clínicas para eliminar a necessidade de agendamento por telefone.

3) Gestão de pessoas

- Foram apresentadas ações de melhorias na política de recursos humanos e administração de pessoal e informada a reinstalação da mesa de negociação permanente entre sindicatos e Estado.
- Pagamento de férias-prêmio para 1.287 servidores, totalizando R\$46,7 milhões, em 2024. 40.334 servidores foram contemplados até o momento e o valor total pago foi de R\$1.190.933.174,62.
- Concursos Públicos: houve 7.414 nomeações (Sejusp, IMA, Unimontes, Uemg, SEE, Ipsemg, Hemominas).
- Programa Transforma Minas: 5 processos seletivos, 457 nomeações desde 2019, PDL – 322 participantes ativos, projeto Engajamento: 4 órgãos contemplados.
- Recadastramento de inativos: ampliação de unidades de atendimento para os servidores da SEE que, agora, podem se recadastrar escolas estaduais.

Houve questionamento quanto à demora na sanção da Lei nº 24.838, de 27 de junho de 2024, que determina a recomposição da perda inflacionária de 4,62% dos servidores do Poder Executivo. O governo respondeu que está dentro do prazo de sanção. O aumento se dará no quinto dia útil de julho, e ainda está em estudos como será feito o pagamento do retroativo.

Perguntou-se também como serão pagos os 37% referentes à perda inflacionária da força segurança. O governo respondeu que está fazendo esforço para valorizar esses servidores, mas alegou que a situação fiscal é delicada devido às exigências do Regime de Recuperação Fiscal.

Ainda, houve indagação sobre o Requerimento nº 6.251/2024, que versa sobre o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração dos servidores civis e militares do Estado relativo aos exercícios financeiros de 2022 e 2023, encaminhado tanto à Seplag quanto à SEF. Essas secretarias esclareceram que as respostas foram encaminhadas por meio dos Ofícios nº 46/2024, da Seplag, e nº 260/2024, da SEF.

Com relação à greve de servidores da Uemg, solicitou-se o não veto ao art. 8º do PL nº 2.309/2024 (que determina que a ajuda de custo será devida ao servidor mesmo nos períodos em que estiver

em afastamento legal do trabalho em virtude de: licença luto, licença para tratamento de saúde, licença-maternidade, licença à adotante e licença-paternidade) e o aumento da ajuda de custo, pois os valores percebidos pelos profissionais do ensino superior público estão defasados.

Informamos que tal projeto foi transformado na Lei nº 24.838, de 27 de junho de 2024, e o art. 8º citado não foi vetado.

Camila Barbosa Neves reafirmou a importância da Uemg e de se dispensar tratamento cuidadoso à pauta da greve. Detalhou ações que estão sendo feitas para essa universidade e mencionou consulta à AGE sobre as faltas em razão do movimento. Reafirmou, no entanto, as dificuldades para aumentar os salários além dos 4,62% de reajuste. Informou que foi criado um grupo de trabalho para discutir a viabilidade da alteração do regime de trabalho, cujo principal propósito é discutir a redução da carga horária dos professores, de 40 horas para 20 horas semanais, e avisou que está aguardando orientação da Advocacia-Geral do Estado referente ao pagamento da ajuda de custo durante a greve. Esclareceu que a questão está no preenchimento do requisito “efetivo exercício” ao longo desse período.

Quanto à greve, em reunião ocorrida em 1º/7/2024, na Cidade Administrativa, logo posterior a esta reunião de prestação de contas, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, representada por sua presidente, deputada Beatriz Cerqueira, e pelo deputado Cássio Soares, mediou encontro entre membros da Uemg e da Seplag. Segundo o presidente da Associação dos Docentes da Uemg – Aduemg – Túlio Lopes, o corte médio nos vencimentos foi de R\$1,7 mil na última folha de pagamento, ratificando a urgência da reivindicação. Os servidores da universidade explicaram que recebem uma das piores remunerações entre seus pares no País e que, sem a ajuda de custo pleiteada, os vencimentos podem ser reduzidos pela metade. Além disso, segundo o representante dos professores, as atividades essenciais foram mantidas durante a greve e foi firmado compromisso de reposição das aulas perdidas, o que não justifica o corte do benefício.

4) Logística e patrimônio

- Elaboração de laudos de avaliação para 32 imóveis, com investimento de R\$178.160,32, o que resultou no incremento de cerca de R\$106 milhões no valor dos ativos imobiliários do Estado.
- Realização de duas concessões onerosas, com valor agregado de R\$11.015,16 mensais, resultando em uma arrecadação anual de R\$132.181,92.
- Implantação do compartilhamento de imóveis: continuidade dos demais ciclos de visitação aos imóveis com potencial para compartilhamento.
- Realização de 17 doações, dando efetividade às leis de doações.
- Participação ativa em 56 projetos de lei para destinar imóveis estaduais ociosos aos municípios que mais necessitam, visando à promoção do bem-estar da população.

5) Compras públicas

- Compras centralizadas:
 - aquisições e contratações centralizadas homologadas entre janeiro e junho de 2024, no valor de R\$1,1 bilhão, representando 30,55% do total homologado de materiais e serviços pela administração direta, autárquica e fundacional no período, diante de uma meta anual pactuada de 35%;
 - cerca de 35% do valor dos itens centralizados e homologados, isto é, R\$367 milhões se referem à compra centralizada de medicamentos.
- Planejamento anual de compras:
 - 49 dos 50 órgãos e entidades estaduais registraram seus planejamentos de compras no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – Siad –, representando uma adesão de 96%;
 - planejamento na monta de R\$10,92 bilhões e 15.356 itens distintos (Ciclo 2023-2024).
- Implementação da NLLC (Lei nº 14.133, de 2021):
 - edição de normativos relativos aos temas de sistema de registro de preços – SRP 0150 e gestão de risco nas contratações (parceria com CGE);
 - adequação do Portal de Compras MG e sua integração ao Portal Nacional de Contratação Públicas – PNCP – para a realização de:
 - licitações pelo procedimento auxiliar de sistema de registro de preços;
 - registro de licitações presenciais pelos demais critérios de julgamento, de contratações pelo procedimento auxiliar de credenciamento e das demais contratações.
 - Disponibilização de modelos de documentos, manuais e fluxos de processos para orientar os órgãos e entidades.
- Ampliação da centralização de compras:
 - edição do Decreto Estadual nº 48.798/2024 e retomada das ações do Projeto CCC, com foco na centralização de compras da SES ainda neste exercício de 2024.

6) Inovação e gestão estratégica

- Números do Automatiza MG:
 - 7 projetos realizados;
 - 12 soluções automatizadas criadas;
 - Processos 11 vezes mais rápidos;
 - 618 servidores inscritos no curso.

- Lançamento da plataforma e curso EAD;
- Números do Laboratório de Inovação em Governo – LAB.mg:
 - 5 projetos realizados;
 - 12 disseminações realizadas;
 - +800 participações nas ações de disseminação.
- Publicação da Resolução Conjunta Seplag/FJP/AGE/Secom nº 10.922, de 2024.

7) Gestão da Cidade Administrativa

- Transferência de computadores para a Bolsa de Materiais para doação aos municípios.
- Ações de combate à dengue nas áreas externas da Cidade Administrativa, em apoio ao movimento “Minas Unida no Combate ao Mosquito”.
- Início da reforma das copas e dos refeitórios dos prédios Minas e Gerais, da Cidade Administrativa.
- Conclusão da limpeza dos carpetes da Cidade Administrativa.
- Apoio e suporte ao Programa AmbientAÇÃO na Cidade Administrativa, da Semad.
- Sistema de agendamento de estações de *coworking* para facilitar o trabalho presencial.
- Treinamento de três turmas de brigadistas, realizado em parceria com o CBMMG.
- Manutenção das catracas de acesso e habilitação do registro de ponto das catracas dos subsolos, convivência e 9ºs andares dos prédios Minas e Gerais, da Cidade Administrativa.

Houve questionamentos sobre se houve vistoria/laudo/instrumento equivalente nas estruturas metálicas/elevadores na Cidade Administrativa a partir de 2019 e qual a segurança para os servidores. O governo respondeu que os projetos de incêndio são de competência do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, e a corporação informou que não há motivos para preocupação em relação à estrutura da Cidade Administrativa.

Foi relatado que há denúncia de servidores apontando a falta de manutenção como causa do problema nos elevadores na Cidade Administrativa. Quanto a isso, Luiz Claudio Lourenço Gomes afirmou que problema apareceu exatamente porque se faz constantemente a manutenção preventiva.

A propósito, registramos a ocorrência de audiência pública em 18/6/2024, no Plenarinho II da ALMG, em que se debateu a gestão da Cidade Administrativa pela Seplag, com enfoque nos problemas relativos aos elevadores. Os seguintes requerimentos decorrentes dessa reunião estão em tramitação: RQC nº 9.319, de 2024, RQC nº 93.20, de 2024, e RQC nº 9.355, de 2024. Este último será objeto de acompanhamento no âmbito do Projeto Assembleia Fiscaliza, por tratar-se de tema que foi objeto de questionamento durante esta reunião de prestação de contas.

8) Ações de reparação – Brumadinho e Rio Doce

- Ordem de início em novos 18 projetos do Acordo Judicial de Reparação para os 26 municípios atingidos em 2024, totalizando 137 projetos iniciados desde 2022, com diversas entregas já realizadas, destacando-se:
 - R\$2 bilhões repassados às prefeituras desde agosto de 2023; destes, R\$732 milhões foram repassados à Prefeitura de Brumadinho;
 - 9 projetos concluídos com sucesso, sendo 8 deles em 2024;
 - início de obras do Distrito Industrial de Brumadinho (R\$190 milhões em investimentos);
 - início de obras de Urbanização do Córrego Fundo, em Igarapé (R\$51 milhões em investimentos);
 - início de obras de reforma e ampliação do Hospital Padre Libério, em Pará de Minas (R\$23 milhões em investimentos);
 - início de obras de pavimentação de vias diversas em Pará de Minas (R\$23 milhões em investimentos);
 - conclusão da obra de reforma da UBS Serra Azul, em Mateus Leme (R\$14 milhões em investimentos).
- Mais de 131,7 mil beneficiários atendidos pelo Programa de Transferência de Renda, tendo sido transferidos cerca de R\$2,6 bilhões entre novembro de 2021 e maio de 2024.
- Consulta Popular para Povos e Comunidades Tradicionais: definição de 30 projetos, contemplando 46 comunidades, de 15 municípios.
- Segurança Hídrica: assinatura de acordo de cooperação técnica para a elaboração de projeto e posterior execução de duas importantes obras:
 - adutora de transferência R10-R13;
 - ampliação do Sistema Rio Manso.
- Iniciativas de mobilidade e fortalecimento dos serviços públicos:
 - conclusão da obra de implantação da Biofábrica Wolbachia;
 - conclusão do Plano Metropolitano de Segurança Hídrica da RMBH;
 - conclusão de reforma em 13 unidades descentralizadas do IMA.
- Próximos passos 2024:
 - previsão de início de 10 obras estratégicas de reparação socioeconômica sob execução da Vale, entre junho e dezembro de 2024;
 - repasse da 2ª parcela (R\$36 milhões no total, para 25 municípios) para o fortalecimento das equipes de saúde e assistência, de forma a alcançar R\$132 milhões a serem repassados até 2027;
 - ordem de início de 10 projetos socioeconômicos definidos após consulta popular específica para Povos e Comunidades Tradicionais;

- início da execução do projeto de Universalização do Saneamento Básico para os municípios atingidos, R\$1,8 bilhão em novos projetos.

Ações de reparação – Rio Doce:

- Investimento na região atingida pelo desastre do Rio Doce:
 - ordem de início para a retomada das obras do Hospital Regional de Governador Valadares;
 - continuidade da obra da estrada de Marliéria – Parque Estadual do Rio Doce, com previsão de finalização em dezembro de 2024;
 - continuidade das ações para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce. No período, foram finalizados:
 - plano de manejo e comunicação do Parque;
 - obras de intervenções para combate a incêndios e melhorias estruturais.

9) Ipsemg

Detalhamento de oferta de serviços, de obras, de contratos, entre outros pontos.

Houve questionamento sobre o conteúdo do projeto do Ipsemg. A proposição muda muito a situação atual e mistura matérias de lei complementar e de lei ordinária. O que é regido por lei complementar só pode ser alterado por lei complementar, que requer quorum qualificado para aprovação. Foi solicitado o envio de estudos sobre o projeto. Ele não trata apenas de aumento de contribuição, há também venda de imóveis sem avaliação prévia. Foram pedidos os documentos relativos a essas vendas. Perguntou-se, ainda, sobre o motivo da alteração no conselho de beneficiários e no conselho deliberativo, que tinham leis próprias. Destacou-se que a proposta de alteração de alíquota e de teto (diferenciação entre beneficiário, dependentes, etc) precisa de estudos atuariais e de mais transparência. O balanço e o patrimônio são desconhecidos, por falta de dados. Durante a tramitação da proposição, solicitou-se o envio desses dados e a explicação sobre o motivo da matéria não ser apresentada em projeto de lei complementar.

Em resposta, Camila Barbosa Neves informou que o projeto de lei do Ipsemg foi discutido com os sindicatos antes de ser enviado à ALMG. Explicou que a conjuntura do Instituto é sensível, devido ao envelhecimento e agravamento da situação pós pandemia, que exigiu alíquotas adicionais, ao novo teto e ao novo salário-mínimo, além do aumento de dependentes. A proposição foi feita para dar sustentabilidade financeira ao Ipsemg, mas as mudanças não foram tão rígidas de forma a igualar o Instituto a um convênio particular. Defendeu que saúde não é matéria de lei complementar na Constituição Federal, por isso foi apresentado projeto de lei ordinária. Argumentou que não houve alteração das competências dos

conselhos, mas da qualificação dos conselheiros, por legislação federal. Disse que os estudos que embasam a venda dos imóveis são feitos no momento da venda, e não no momento da solicitação de sua autorização e informou que existe um estudo com uma projeção atuarial de valores. Comprometeu-se a enviar o documento à deputada Beatriz Cerqueira.

10) Ipem-MG

Foram apresentadas as ações de fiscalização e metrológicas.

Houve questionamentos sobre:

- a existência de 340 unidades, dentre os 396 imóveis de propriedade do Estado, que ainda não têm projetos contra incêndio;
- postos de combustíveis usados pela PMMG que não estão regularizados;
- 35 unidades de bombeiro militar que não têm laudo de vistoria do corpo de bombeiros;
- 20 unidades de medidas socioeducativas que não têm laudo de vistoria dos bombeiros.

A Seplag respondeu que destina orçamento para projetos de incêndio, mas são os gestores de cada imóvel que têm a responsabilidade de providenciá-los.

Quanto ao projeto de lei do Ipsemg, os deputados replicaram, lembrando que os estudos solicitados devem ser enviados à ALMG para a tramitação da proposição e insistiram que estão, sim, sendo retiradas competências dos conselhos da instituição.

O relator do projeto, deputado João Magalhães, afirmou que solucionará a questão dos conselhos.

Camila Neves conclui sua apresentação com dados referentes à Fundação João Pinheiro e à Prodemge e se colocou à disposição para mais perguntas.

Secretaria de Estado de Fazenda – SEF

Luiz Claudio Lourenço Gomes fez um relato da situação fiscal e financeira do Estado de Minas Gerais.

1) Dados fiscais 2018-2024

- Inicialmente, o secretário apresentou o resultado fiscal a partir de 2018. Ressaltou o déficit de R\$11,2 bilhões em 2018, que evoluiu para um superávit de R\$300 milhões em 2023.

- Mostrou a evolução dos resultados primários, que, se não considerarmos as despesas com o fluxo de pagamento da dívida pública, são positivos (superávits operacionais), mas não suficientes para pagar o serviço da dívida pública cheia.
- Quanto à evolução da receita corrente líquida, destacou a manutenção da receita nos últimos três anos. Para 2024, espera-se um aumento da receita de cerca de 7%.

Principais indicadores que qualificam a situação financeira do Estado:

- Índice de Despesa com Pessoal: no 1º quadrimestre de 2024: 50,4% (ainda está acima do limite máximo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF–, de 49%.);
- Índice de Educação: historicamente, Minas Gerais executa mais do que o mínimo (21,05% até agora);
- Índice de Saúde: tem historicamente atingido o mínimo. Em 2024, ainda está baixo por causa da sazonalidade;
- estoque de restos a pagar: redução nos últimos anos, grande parte em decorrência dos acordos para regularização dos passivos;
- equacionamento de passivos do Estado: acordos realizados têm levado à diminuição dos passivos.

O secretário apresentou os acordos de regularização dos passivos:

- Acordo AMM:
 - valor total: R\$7,0 bilhões;
 - liquidado.
- Acordo AMM-Saúde:
 - valor total: R\$6,7 bilhões;
 - pagamentos até maio de 2024: R\$1,95 bilhão;
- Acordo Depósitos Judiciais:
 - valor total: R\$7,6 bilhões;
 - pagamentos até maio de 2024: R\$2,47 bilhões.

Os deputados questionaram o porquê de o governador e os secretários terem recebido um aumento de 298%, quando o gasto com pessoal já estava acima do limite prudencial, e não pode haver recomposição para os demais servidores.

Luiz Claudio Gomes esclareceu que, como o reajuste do governador e dos secretários trata-se de política pública para reequacionar os salários, foi ressaltado no Regime de Recuperação Fiscal – RRF. Justificou também que os salários dos secretários estavam defasados.

Quanto ao equilíbrio fiscal, o resultado apontado na apresentação revelou uma melhoria, mostrando que há um esforço de buscar novas receitas e fazer contenção de despesas. A evolução de restos a pagar também demonstra isso.

Quando perguntado sobre o planejamento para o pagamento de passivos da saúde e da educação de 2019 e 2020, o secretário explicou que o governo já entregou uma proposta ao Tribunal de Contas para reequacionar os passivos.

Outras indagações se referiram ao Hospital Regional em Governador Valadares e ao Hospital Universitário Clemente de Faria, da Unimontes, no Norte de Minas. Questionou-se a possibilidade de haver um aditivo para a retomada das obras do primeiro, que foram paralisadas por falta de recursos. Sobre o Hospital Universitário da Unimontes, foi alegada a necessidade de nomeação de concursados, pois o número de nomeados (68) é insuficiente. Houve também solicitação de decreto que possibilite que este hospital universitário receba recursos do SUS, pois ele só recebe recursos da educação.

Houve ainda declaração de que hospitais privados estão fazendo levantamento sobre a defasagem da tabela do SUS e dos hospitais filantrópicos e de que o Ministério da Saúde está repondo esses recursos.

Segundo Luiz Claudio Gomes, não há necessidade de aumento de recursos para as obras do Hospital Regional em Governador Valadares. Ela é prioritária para o governo e, se necessário, sua continuidade será garantida até a inauguração. Quanto ao Hospital Universitário da Unimontes, ele está classificado como educação, e não como saúde, portanto recebe orçamento do Ministério da Educação.

2) Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

Algumas medidas já foram cumpridas pelo Executivo:

- RPPS;
- previdência complementar;
- medidas de pessoal.

Outras medidas estão em análise pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

- desestatização;
- redução de incentivos;
- autorização para leilão reverso;
- gestão financeira centralizada.

Outras, como o teto de gastos, ainda estão pendentes de aprovação pela ALMG.

Houve questionamento quanto à contratação da empresa Goldman Sachs pelo secretário anterior, que teria avaliado a Codemig em R\$20 bilhões. Os deputados alegaram que a avaliação não teria levado em consideração a questão patrimonial da Codemig, mas apenas o valor das ações.

Segundo o atual secretário, após ter aderido ao RRF, o Estado está sob a supervisão do Conselho de Supervisão Fiscal, que emite orientações. Recentemente, a proposta de recuperação fiscal foi atualizada, incluindo a perspectiva de federalização da Codemig, reavaliada em R\$59 bilhões, especialmente em razão de novas tecnologias (bateria de nióbio para ônibus, por ex.).

Foi perguntado se há risco de atraso de pagamento de servidores do Estado se não houver nova dilação de prazo no Supremo Tribunal Federal – STF – e se a ALMG votar pela não adesão, uma vez que existe a possibilidade de baixa arrecadação pelo Estado. A resposta de Luiz Claudio Gomes foi de que a dimensão do fluxo de pagamento da dívida cheia gira em torno de R\$12 bilhões, e o caixa do Estado não comporta esse valor. Por esse motivo, propôs-se o RRF, que é o que existe em termos de legislação hoje. Paralelamente, o governador e o presidente da ALMG buscam discutir a forma de pagamento do fluxo da dívida. Se não aderirmos ao RRF e não houver nenhuma outra alteração de algum tipo, como legislação, o Estado não vai conseguir pagar a dívida e os servidores, por exemplo.

3) Dívida pública

O índice da dívida pública de Minas ainda está abaixo do máximo indicado pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021 que estabeleceu, em seu art. 23, um mecanismo de refinanciamento dos valores inadimplidos pelo Estado, anteriores à sua adesão ao RRF.

O secretário afirmou que a proposta do ministro Haddad para a dívida de Minas Gerais prejudica o fluxo de caixa. O valor que Minas Gerais terá que desembolsar para pagar a dívida impedirá o pagamento das demais despesas.

Questionado sobre a capacidade de investimento do Estado, Luiz Claudio Gomes esclareceu que o orçamento para investimento não é de grande monta, mas destacou quatro obras realizadas no Sul de Minas. Enfatizou melhorias conquistadas pelo governo (obras, escola em tempo integral, merenda, recuperação de rodovias, etc.). Disse que, apesar de a dívida pública mobiliária ter saído de R\$108 bilhões para R\$160 bilhões, está sendo discutida uma maneira de reequacionar os estoques de dívidas, não só de Minas, mas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Goiás. O secretário lembrou que a Lei Complementar nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, trouxe reequacionamento, adaptou indexadores, etc. Mencionou estudos com o governo federal e conversas com o ministro Fernando Haddad e com o senador Rodrigo Pacheco.

Outras perguntas se referiram a uma notícia sobre a CPI da dívida de Minas. Arguíram se a SEF não estaria apta a enviar documentos para auditar a dívida. A resposta foi de que não houve auditoria

da dívida, tal qual saiu em jornal. Os contratos são antigos, de várias décadas. O Tribunal de Contas é o responsável por auditar os fluxos.

4) Arrecadação Tributária

O secretário trouxe detalhamento da arrecadação tributária de Minas Gerais.

Ele destacou que houve manutenção da arrecadação do ICMS entre 2021 e 2023 devido às Leis Complementares nºs 192 e 194, de 2022, que limitaram a capacidade do Estado de tributar sobre ICMS (teto da alíquota tributária), e retirou cerca de R\$15 bilhões de reais do Orçamento. Explicou também que houve crescimento da arrecadação com IPVA devido ao crescimento da base de cálculo (Tabela Fipe), apesar de não ter havido aumento de alíquota no período.

Sobre o aumento da arrecadação tributária em decorrência dos Refis, Luiz Claudio Gomes explicou que o benefício chegou ao fim em 21 de junho de 2024. Aproximadamente R\$5 bilhões foram parcelados, dos quais R\$1,2 bilhão se referiam a novos parcelamentos (dívidas que não existiam antes do Refis), R\$3 bilhões a parcelamentos já existentes e R\$500 milhões foram pagos à vista.

- Protocolos de intenções assinados e publicados em 2023: Minas Gerais possui muitos procedimentos e ações para atrair investimentos no contexto da guerra fiscal e, conseqüentemente, gerar riqueza e emprego. Já foram assinados protocolos no valor de R\$ 421 bilhões em investimentos, com estimativa de geração de 211 mil postos de trabalho para o período de 2019 a 2024.

- Operações fiscais e de combate à sonegação:

- ações envolveram a execução de mandados de busca e apreensão, com a participação conjunta da Fiscalização, do Ministério Público e das Forças de Segurança Estaduais;
- retorno para a sociedade mineira: recuperação de receita da ordem de R\$9 bilhões.

Houve questionamento sobre a existência de casos de cassação dos benefícios fiscais de empresas que não cumprem os acordos e sobre acompanhamento posterior para verificação do cumprimento desses preceitos. Em resposta Luiz Claudio Gomes confirmou que o Estado acompanha o cumprimento do que foi acordado para a concessão de benefícios fiscais e já houve empresas que perderam esse benefício por descumprimento dos preceitos.

O secretário informou ainda sobre ações adotadas com foco no contribuinte:

- 21.637 empresas dispensadas da entrega da declaração;
- projeto “Simplificação Tributária” – desobrigar Dapi:
 - diminuição da burocracia;
 - economia de custos;
 - redução do tempo de trabalho;
- E-ITCD:

- simplificação e automatização;
- agilidade na emissão da certidão;
- redução de 80% no tempo médio de emissão da certidão;
- novo RICMS – Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023:
 - 1.141 artigos a menos;
 - redução de 6 anexos;
 - 158.233 palavras a menos.

Foi perguntado também sobre o esforço para mudar o ICMS e se a reforma tributária vai alterar todo o sistema. Luiz Cláudio Gomes confirmou que a reforma tributária vai modificar tudo, mas as mudanças não serão imediatas, pois o período de transição será longo.

Outro ponto levantado foi a guerra fiscal. Segundo o secretário, a União não tem capacidade isolada de acabar com ela, a solução tem que se dar via emenda à Constituição, tal qual a reforma tributária. Até a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS – a guerra fiscal continuará.

5) Acordo de Mariana

Os deputados apontaram que as obras resultantes do Acordo de Brumadinho mostraram competência e seriedade do governo do Estado, e que o sucesso da experiência denunciou de modo mais claro como a negociação de Mariana foi equivocada. Questionou-se então sobre o andamento das novas negociações para a compensação da Vale S.A.

Luiz Cláudio Gomes explicou que está em andamento um novo acordo sobre Mariana, que aguarda análise de contraproposta feita pelos Estados de Minas e do Espírito Santo, pela União e pelas empresas. Solicitou-se agilidade na repactuação de Mariana e destinação dos recursos para a região.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- A titular da Seplag comprometeu-se a enviar para a ALMG os estudos de contraprestação pecuniária e de projeção de valor de imóveis.
- A titular da Seplag comprometeu-se a estudar a possibilidade de o Hospital Universitário da Unimontes receber recursos da saúde, e não só da educação; e verificar o concurso do referido hospital.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQN nº 9.355/2024: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em cópias de todos os contratos de manutenção dos elevadores da Cidade Administrativa com as empresas de manutenção entre 2012 e 2024. Acesse o *link* do requerimento em: <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/9.355/2024>.

OBS.: Este requerimento se originou da audiência pública ocorrida em 18/6/2024, no Plenarinho II da ALMG, em que se debateu a gestão da Cidade Administrativa pela Seplag, com enfoque nos problemas relativos a seus elevadores. Será objeto de acompanhamento no âmbito do Projeto Assembleia Fiscaliza, por tratar-se de tema que também foi objeto de questionamento durante a reunião de Prestação de Contas da Seplag/SEF.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2024.

Deputado Marquinho Lemos

Presidente da Comissão de Participação Popular